

Impacto na relação Brasil-Bolívia, com a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, em 2006*

Bernardo Pestana Mello C. Duarte**

Thiago Carvalho Saraiva***

Rosemarie Bröker Boné****

Aluno de Engenharia de Petróleo da Universidade
Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Aluno de Engenharia de Petróleo-UFRJ

Professora Adjunta da Escola Politécnica do
Departamento de Engenharia Industrial da UFRJ
e Doutora em Economia pelo IE-UFRJ

Resumo

O principal objetivo deste artigo é explicar a crise entre a Bolívia e o Brasil, a qual envolve a Petrobrás. Para tanto, analisam-se as mudanças regulatórias nas leis bolivianas de exploração e produção de petróleo e gás no País, depois da nacionalização dos hidrocarbonetos, em maio de 2006, apesar dos interesses do mercado internacional, inclusive do brasileiro, e de todos os acordos firmados antes da eleição de Evo Morales, durante o período de abertura de mercado.

Palavras-chave: regulação boliviana; nacionalização de hidrocarbonetos; crise Brasil-Bolívia.

Abstract

The main goal of this article is to understand the crisis between Bolivia and Brazil, represented by the oil company Petrobrás. We focus on the regulatory changes in the Bolivian oil and gas exploration and production law in the country after the hydrocarbons' nationalization in May 2006, despite the interests of the international players, including the Brazilian ones, and all the agreements signed before the election of Evo Morales, during the period of market openness.

Key words: bolivian's regulation; hydrocarbon's nationalization; Brazil-Bolivia Crisis.

* Artigo recebido em 28 ago. 2007.

** E-mail: bpest21@yahoo.com.br

*** E-mail: raid_ep@terra.com.br

**** E-mail: rosebone@terra.com.br

1 Introdução

A América do Sul sempre se viu em uma enorme instabilidade política ao longo dos anos. No atual período da história, em que a energia e particularmente o petróleo e o gás natural constituem a principal fonte de conflito político e econômico, os países produtores dessa região, influenciados por uma onda nacionalista e sob enorme pressão popular, acabam alterando acordos firmados, em governos anteriores, com empresas privadas internacionais. Portanto, neste trabalho, busca-se esclarecer a amplitude das mudanças na política boliviana, que culminaram num período de nacionalização. Dos acordos existentes, pode-se citar o firmado com a Petrobrás, com validade até 2019, em que o Governo boliviano se comprometia a prover 30 milhões de m³/dia de gás natural.

Dessa forma, pela atualidade dessa crise comercial, no setor petrolífero, entre Brasil e Bolívia e pelas notícias diárias sobre o assunto, foram feitos um exercício de leitura e uma busca constante por novas informações, de forma que, a cada dia, uma novidade mudava toda a estrutura do trabalho. A Petrobrás investiu mais de US\$ 1,5 bilhão na Bolívia e chegou a processar 100% da demanda boliviana de gasolina e querosene e 60% da de diesel, quando possuía as duas maiores refinarias do País (Refinaria Guillermo Elder Bell e Refinaria Gualberto Vilarroel). Porém toda essa crise se deve à dependência ao Brasil do gás boliviano, sendo que 75% do consumo é somente do Estado de São Paulo, maior parque industrial brasileiro.

A Petrobrás tornou-se, ao longo do tempo de permanência na Bolívia, a principal empresa investidora na economia daquele país, financiando melhorias em infra-estrutura local, investimentos diretos, arrecadação de impostos, formação de profissionais capacitados, dentre outras ações. Com isso, em 2005, alcançou a taxa de 18% do total do PIB boliviano, assim como a de 20% em investimentos externos diretos (IED) e a de 22% na arrecadação de impostos. É possível que esse conflito gere graves problemas econômicos futuros à Bolívia, em função da redução dos investimentos, ou da total retirada da Petrobrás do País, bem como de outras empresas petrolíferas internacionais, que também estão em processo de nacionalização.

2 Período neoliberal de abertura de mercado

Como aconteceu em toda a América Latina, a influência neoliberal fez surgir uma onda de privatizações de empresas, até então estatais, nas áreas de infra-estrutura. Na Bolívia não foi diferente, e a Petrobrás teve um papel importante, ao investir no mercado boliviano, tornando-se, hoje, a principal fonte de recursos para o Governo do País.

2.1 A indústria de petróleo e gás natural na Bolívia

A história da exploração de petróleo em território boliviano é anterior à brasileira. Em 21 de dezembro de 1936, o Presidente Coronel David Toro, mediante um decreto, oficializou a criação da companhia estatal do País na área de petróleo.

A Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) surgiu, então, como uma empresa que podia fiscalizar, explorar e explotar os hidrocarbonetos bolivianos. O interesse na fundação da companhia deveu-se à crise instaurada após as fraudes fiscais feitas pela Standard Oil of Bolivia, uma das concessionárias da matriz norte-americana. Dessa forma, com o decreto, o Coronel Toro nacionalizou a companhia e criou, a partir de sua tecnologia e de todos os seus campos de produção, a YPFB, para que esta pudesse, com toda autonomia de gestão, fiscalizar e desenvolver a exploração dos campos de petróleo no País. Porém a nacionalização da companhia não fez com que sua mão-de-obra se especializasse, e a YPFB passou por muitos problemas técnicos no seu começo, sendo que quatro fatores contribuíram para a crise inicial da empresa:

- a suspensão de todo interesse internacional nas reservas de hidrocarbonetos bolivianos após a surpreendente nacionalização da Standard Oil;
- a briga entre a YPFB e a matriz norte-americana da Standard Oil, gerando incertezas para os investidores externos e também dúvidas quanto à capacidade interna da empresa de gerir a produção de petróleo na Bolívia;
- o contexto interno apresentava problemas econômicos e políticos após a Guerra do Chaco, o que determinou a perda de uma parte do território para o Paraguai, mesmo com o alto con-

tingenciamento do exército boliviano, que contava com 250.000 soldados;

- as constantes intervenções políticas e a utilização da companhia como arma política, muitas vezes com dirigentes não conhecedores do setor petrolífero.

Esses fatores contribuíram para os precários crescimento e estruturação da companhia em seus primeiros anos de vida. Apesar dos revéses, a empresa, em 1941, ou seja, cinco anos após sua fundação, já abastecia 30% do mercado interno e somava investimentos da ordem de US\$ 17 milhões, de acordo com a Câmara Boliviana de Hidrocarbonetos.

Dada a atmosfera de nacionalização e crescimento da companhia, em 1969 houve mais um processo de nacionalização, desta vez contra a Gulf Oil Company e suas instalações. Isso deu maior autonomia à YPFB dentro de seu território, mas gerou, mais uma vez, insatisfações no âmbito internacional. Paralelamente, em 1986, foi criada, por 15 empresas que atuavam no ramo de prestação de serviços às operadoras, a Câmara Boliviana de Hidrocarbonetos, entidade sem fins lucrativos.

Em 1997, a onda de privatizações na América Latina fez da YPFB uma empresa redividida pelo mercado, uma vez que a maioria das suas ações estava no mercado de capitais, e o restante, a cargo da própria YPFB. Essa foi a porta de entrada de empresas internacionais no mercado boliviano, dentre elas, a Petrobrás.

Após quase 10 anos, em 2006, depois da eleição de Evo Morales, ressurgiu a nacionalização, e as instalações e os investimentos realizados de 1997 a 2005 foram tomados pelo Governo boliviano e entregues à YPFB.

O setor de gás e petróleo vem aumentando, cada vez mais, sua participação na matriz econômica do País. Em 2004, correspondia a apenas 5% do PIB nacional, enquanto, em 2007, alcançou 16,2%. Somente no primeiro semestre de 2007, o investimento aumentou em US\$ 1 bilhão, sendo, aproximadamente, 26% maior que o do mesmo período do ano anterior (Anu. Inf., 2007).

2.2 Acordos comerciais entre Brasil e Bolívia no setor de petróleo

Alguns acordos foram feitos entre os países de forma a haver uma cooperação mútua sobre o suprimento de petróleo e gás natural, segundo o relatório do Ministério

Minas e Energia do Brasil. O histórico exploratório boliviano é anterior ao brasileiro.

O primeiro acordo foi assinado na década de 30, visando ao refino do óleo boliviano no território brasileiro. Em seguida, apresenta-se um breve histórico desses acordos.

2.2.1 Tratado sobre saída e aproveitamento do petróleo boliviano

Firmado em 1938, esse tratado visava estreitar as relações econômicas entre os Países e estabelecer uma mútua cooperação, com recíproco benefício do comércio do petróleo. Seus principais pontos eram: os estudos topográficos e geológicos para estimar as jazidas bolivianas teriam custos divididos; e as despesas para a realização dos estudos seriam reembolsadas através dos benefícios oriundos da exploração.

2.2.2 Acordo de compra e venda do gás boliviano como o Brasil

Esse acordo, firmado em 1993, visava desenvolver os dois países e também contribuir para a integração latino-americana. Seus principais termos eram: (a) ambos os Governos, representados pelas empresas Petrobrás e YPFB, acordaram o fornecimento de gás natural boliviano ao Brasil em volume inicial de 8 milhões m³/dia; até alcançar 16 milhões m³/dia; (b) ambos concordaram que a Petrobrás e a YPFB estabelecessem, em contrato preliminar, as condições e os termos a serem inseridos no contrato definitivo de compra e venda de gás; (c) os Governos concordaram que a Petrobrás e a YPFB, conforme legislação vigente na Bolívia, naquela época, fixariam as bases contratuais para a participação da primeira, através de suas subsidiárias, nas atividades de exploração, produção, comercialização e transporte de hidrocarbonetos da segunda, assim como na distribuição de derivados de petróleo e gás natural no mercado interno boliviano (ver mais detalhes na subseção 2.3.1).

2.2.3 Acordos firmados entre 1996 e 1999

A isenção de impostos relativos à implementação do projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) foi um acordo, firmado em 1996, que isentava de impostos o transporte de máquinas, equipamentos e pessoas.

O **Contrato de Construção e Montagem do Gasoduto**, firmado em 1997, acordava sobre o início da construção do gasoduto que liga Santa Cruz de La Sierra a Porto Alegre (RS), passando pelas Regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, ligando-se ao gasoduto já existente entre Campos (RJ) e Santos (SP).

A **compra das ações das refinarias bolivianas pela Petrobrás durante o processo de privatização**, acordada em 1999, durante a onda de privatizações de empresas estatais bolivianas, levou a Petrobrás a se tornar acionista majoritária de refinarias e campos de produção na Bolívia.

2.3 Principais projetos

Os projetos apresentados abaixo são: os do Gasoduto Bolívia-Brasil e das Refinarias Guillermo Elder Bell e Gualberto Vilarroel, em virtude dos expressivos investimentos financeiros e logísticos da empresa Petrobrás.

2.3.1 Gasoduto Bolívia-Brasil

O projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil já existia há tempos, principalmente após a entrada da Petrobrás na Bolívia. Contudo, por requerer vultosos investimentos, não era economicamente viável. Durante o período de negociações, a Bolívia fechou contrato de exportação de gás para a Argentina. Entretanto, com o aumento significativo de suas reservas de gás natural, ocorrido a partir do final dos anos 70, a Argentina tornou-se auto-suficiente, reduzindo, em 1992, a zero as importações desse produto (Watkins, 2006). Em virtude dessa mudança nas relações Bolívia-Argentina, as negociações entre Brasil e Bolívia começaram a tomar novo rumo. O Brasil apareceu como o principal mercado consumidor para o gás boliviano, sua principal fonte de riqueza.

A importação de gás da Bolívia apresentou-se como a melhor alternativa entre as opções consideradas visando aumentar a oferta de gás no Brasil, sendo

considerada também a possibilidade de integração futura com os campos produtores de gás da Argentina e do Peru.

O Gasoduto Bolívia-Brasil teve seu marco inicial na Carta de Intenções Sobre o Processo de Integração Energética entre Bolívia e Brasil, assinada em 17 de fevereiro de 1993. O contrato estaria em vigor desde sua assinatura, ficando sua eficácia condicionada à obtenção de financiamentos em condições que garantissem a viabilidade econômica do projeto. Diversos aditivos ao contrato foram assinados, prorrogando prazos e também alterando o volume negociado. Dessa forma, somente em julho de 1997, com o esquema de financiamento já equacionado, foram assinados os contratos de construção e montagem do gasoduto.

A base do projeto do gasoduto é o contrato de compra e venda entre YPFB e Petrobrás, no qual a YPFB se compromete a vender, e a Petrobrás, a comprar, em regime de *take-or-pay*. Ainda no contrato, a YPFB concede à Petrobrás uma opção de compra, com preferência sobre terceiros, de quantidades adicionais de gás provenientes, ou não, de novas descobertas bolivianas, desde que tais quantidades estejam disponíveis e não sejam necessárias para atender à demanda do mercado doméstico boliviano.

Para a construção e a operação do gasoduto, foram constituídas duas companhias: uma boliviana, a Gás Transboliviano S/A, e outra brasileira, a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A. Ainda houve a colaboração de empresas estrangeiras e de financiamentos externos de bancos internacionais de investimento, como o Banco Internacional Para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporación Andina de Fomento (CAF) e o Banco Europeu de Investimento (BED), além de agências de crédito, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) do Brasil, o Eximbank do Japão e a Sezione Speciale Per l'Assicurazione del Credito all'Esportazione (SACED) da Itália, chegando a um investimento total de US\$ 2 bilhões, sendo que somente um oitavo desse foi montante investido na Bolívia.

O gasoduto, com 3.150km, interliga os mercados de sete estados brasileiros (MS, SP, MG, RJ, PR, SC e RS), tendo transportado, em média, 24,7 milhões de m³/dia no ano de 2006. Atualmente, entende-se que o objetivo desses empreendimentos deixou de ser o incremento da importação, passando a ser a garantia do volume importado, de 30 milhões de m³/dia.

2.3.2 Privatização das refinarias bolivianas

A partir de dezembro de 1999, as refinarias descritas a seguir, após o processo de privatização boliviano, passaram a ser administradas por uma nova proprietária: a Empresa Boliviana de Refinación S/A, cuja sócia majoritária, a Petrobrás Bolívia, era a sócia-operadora.

Refinaria Guillermo Elder Bell

Esse complexo de refino está localizado em Santa Cruz de La Sierra e começou a ser construído em 1975, mas só entrou em operação em 1978. Sua capacidade instalada é de 20.000 barris/dia, e produz gasolinas automotivas, combustíveis de aviação e óleo diesel.

Refinaria Gualberto Vilarroel

A refinaria está localizada em Cochabamba. Em 1949, teve início a construção da primeira fábrica de separação de petróleo cru na Bolívia, com capacidade para 6.500 barris/dia. Após investimentos, essa unidade passou a produzir 12.500 barris/dia. Hoje, produz 40.000 barris/dia, distribuídos em gasolinas automotivas, óleo diesel e em geral, graxas, parafinas, lubrificantes e produtos para asfalto.

3 Período de nacionalização dos hidrocarbonetos

Para se compreenderem as mudanças na política boliviana, deve-se entender o contexto interno e o panorama eleitoral existente durante o período pós-privatização, de forma que sejam esclarecidas as razões que levaram ao ressurgimento nacionalista no País.

3.1 Contexto político boliviano

A política neoliberal de privatizações começou na década de 90 e continuou com o General Hugo Banzer, eleito, em 1997, com somente 22% dos votos. Ele deu à Ação Democrática Nacionalista (ADN) poder sobre o Congresso, através das coligações partidárias. Durante seu Governo, o General Banzer continuou com a política

de capitalização de empresas estatais, num processo de abertura de mercado. Porém, com as seguidas crises internacionais, o crescimento econômico boliviano caiu vertiginosamente, e, além da queda no nível de emprego, as crises políticas internas advindas de corrupção levaram a população a violentos protestos.

Em virtude da grande insatisfação popular e do diagnóstico de um câncer, que o levou à morte no ano seguinte, em 2001, Banzer renunciou ao cargo de Presidente. O Vice-Presidente Jorge Quiroga, civil e formado em Engenharia Industrial, nos Estados Unidos, assumiu no último ano de governo. O mandato presidencial boliviano é de cinco anos, não sendo permitido a reeleição concomitante ao seu término, o que o impediu de se candidatar à Presidência nas eleições de 2002 (Kohl, 2003).

Nesse mesmo ano, surgiu Evo Morales do Movimento ao Socialismo (MAS) que, mesmo perdendo as eleições para o candidato do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), Gonzalo Sanchez de Lozada, contou com 20,9% dos votos contra 22,5% de seu rival. O tripé do Governo do MNR baseava-se na criação de empregos, no crescimento da economia, no controle da corrupção e na inclusão social.

Já em 2003, no ano seguinte à sua eleição, o Presidente Sanchez de Lozada não contava com o apoio popular, pois não conseguira reativar a economia do País. As crises constantes e as passeatas eram comuns, até que, em um desses protestos, o exército boliviano executou vários civis, gerando repúdio da opinião pública nacional e da internacional. Encurralado e sem apoio, não restou outra opção ao Presidente Sanchez de Lozada senão renunciar ao cargo, assumindo, então, o Vice-Presidente Carlos Mesa.

Em 2005, Carlos Mesa aprovou a Lei de Exploração dos Recursos Naturais do País, mesmo contra a opinião pública, que, insatisfeita, exigiu que a decisão fosse revogada. A Lei foi considerada, pelos bolivianos, como uma forma de entregar, aos EUA, a produção de gás do País. Uma série de protestos, como fechamento de ruas, de estradas e de aeroportos, foi realizada, até que a situação se tornou insustentável para a manutenção do Presidente Mesa no cargo. O Presidente do Judiciário, Eduardo Rodríguez, assumiu e convocou uma nova eleição ainda em 2005.

Nas eleições de dezembro de 2005, insatisfeitos com as recentes políticas e já influenciados pela atmosfera populista e nacionalista dos outros Países da América Latina, em especial a Venezuela de Hugo Chávez e o Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva, o povo

boliviano reuniu-se em torno do nome de Evo Morales e o elegeu com o recorde absoluto de 54% dos votos do País, tendo ele assumido o poder em 2006.

3.2 O perfil de Evo Morales

Evo Morales nasceu em 27 de outubro de 1959, em Isallavi. As condições de vida da sua família e do seu meio foram levando-o a atuar socialmente junto aos indígenas. Começou a participar da atividade sindical em 1983. Em 1988, assumiu a Secretaria Executiva da Federação do Trópico, envolvendo-se, cada vez mais, com a atividade sindical. Tornou-se militante pela defesa dos recursos naturais e dos direitos humanos, e sua atividade política ascendeu do sindicato à Federação e à Presidência das seis federações de Cochabamba.

A partir de 1990, Evo passou a participar da Central Operária Boliviana (COB), buscando incorporar a estratégia de tomada do poder pela aliança operário-camponesa. Aproximou-se mais dos dirigentes dos sindicatos cocaleiros, que fundaram, mais tarde, o Instrumento Político pela Soberania dos Povos (IPSP).

A organização não pôde ser registrada legalmente, mas Evo entrou para o Movimento ao Socialismo (MAS) e, em 1997, foi eleito para o Parlamento com 70% dos votos em sua província, onde enfrentou os partidos tradicionais: Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), Movimento Revolucionário de Esquerda (MIR) e a Ação Democrática Nacional (ADN).

Em 2002, Evo candidatou-se à presidência da Bolívia como primeiro líder indígena a postular esse cargo, concorrendo com Sanchez de Lozada. Apesar da derrota, consolidou seu nome na política boliviana e candidatou-se novamente em 2005, sendo eleito Presidente com a maioria esmagadora dos votos (Brasil, 2008).

3.3 Política de nacionalização

Em 1º de maio de 2006, Dia Internacional do Trabalho, o Presidente da Bolívia, Evo Morales, decretou a nacionalização de todo o setor de hidrocarbonetos daquele país, com o Decreto nº 28.701. A medida causou um abalo nas relações com vários países, principalmente com o Brasil, pois a Petrobrás respondia por 18% do PIB boliviano e era a maior empresa com capacidade instalada naquele país.

Além do Brasil, Canadá, Coréia do Sul, Espanha, Argentina e Reino Unido têm petrolíferas operando na

Bolívia e tiveram os contratos de concessão para a exploração de gás natural cancelados (Wertheim, 2006). As plantas industriais dessas empresas passaram a ser administradas pela YPFB, sem serem oferecidas compensações às empresas estrangeiras.

3.3.1 Decreto Supremo nº 28.701

O Decreto Supremo nº 28.701 (Bolívia, 2007) foi o início das medidas nacionalistas bolivianas após a eleição de Evo Morales. Apesar de contar com nove artigos, destacam-se apenas quatro, por se julgar serem os mais importantes:

- artigo 01 - nacionalização total e absoluta, por parte do Estado, dos recursos naturais de hidrocarbonetos da Bolívia;
- artigo 02 - obrigação de as empresas produtoras de petróleo e gás em território boliviano entregarem toda sua produção à YPFB;
- artigo 05 - o Estado toma o controle sobre a produção, o transporte, o refino, a distribuição, a comercialização e a industrialização dos hidrocarbonetos do País;
- artigo 07 - nacionalização de ações para que a YPFB tenha 50% mais uma ação das empresas produtoras de petróleo no território boliviano.

Esses artigos mostram a total nacionalização do setor de petróleo e gás da Bolívia, onde as empresas internacionais devem se retirar ou permanecerem como prestadoras de serviços à YPFB.

3.4 Acordo entre a Petrobrás e a YPFB

Para controlar a crise instaurada entre os dois países com a nacionalização das reservas de hidrocarbonetos após a instalação de empresas estrangeiras em território boliviano, a Petrobrás usou de diplomacia com a YPFB. A empresa brasileira contribuiu, em 2005, com 22% da arrecadação tributária boliviana.

No dia 28 de outubro de 2006, portanto, as duas empresas assinaram um acordo que beneficiou a Petrobrás naquele momento, reconhecendo-a não somente como prestadora de serviços, mas como operadora e responsável pelo desenvolvimento do setor no País.

3.4.1 Atividades da Petrobrás na Bolívia

Criada no final de 1995, a Petrobrás-Bolívia iniciou suas operações efetivamente em meados de 1996, tornando-se a maior empresa do País. Os investimentos totais nos projetos de domínio boliviano alcançaram mais de US\$ 1,5 bilhão no período 1996-06. Dessa forma, a estatal brasileira passou a ser a maior contribuinte para as contas públicas da Bolívia, chegando, em 2005, a 18% do PIB boliviano, 20% em investimentos diretos e 22% da arrecadação total de impostos, de acordo com a própria Petrobrás (Barneda, 2006).

Para obter esses resultados, foi necessária a construção, entre 1997 e 2000, do gasoduto Bolívia-Brasil, ao mesmo tempo em que a Petrobrás iniciou ações de exploração e produção na parte oriental da Bolívia, na Cidade de Tarija. A partir dessas iniciativas, passou a operar em toda a cadeia produtiva e comercial do gás (exploração, produção, comercialização, transporte por dutos, processamento e refino).

A Petrobrás-Bolívia era responsável pela operação das refinarias Gualberto Vilaroel, em Cochabamba, e Guillermo Elder Bell, em Santa Cruz de La Sierra, por intermédio da sua controlada no País Petrobrás Bolívia Refinación S/A (PBR).

A empresa passou, em 2001, a utilizar a bandeira Petrobrás na rede de postos. As vendas mensais saltaram de 500.000 para 800.000 litros de gasolina, e, hoje, 26 postos possuem a bandeira Petrobrás. Ela atendia à totalidade da demanda da Bolívia de gasolina especial e *premium*, além da de gasolina de aviação e querosene, sendo responsável, também, por mais de 60% da demanda de óleo diesel. Isso fez da Petrobrás-Bolívia líder do mercado de combustíveis naquele país. Após a compra das refinarias pelo Governo boliviano, a estatal local passou a ser proprietária plena das ações e dos ativos, além de a fornecedora de derivados de petróleo no País.

3.4.2 O contrato

Algumas cláusulas foram alteradas, após a nacionalização, pelo Decreto Supremo nº 28.701 (Bolívia, 2007), tornando o Contrato de Produção Compartilhada diferente do assinado anteriormente entre a Bolívia e outros países (Azevedo, 2006). Suas principais características são: (a) execução de todas as operações petrolíferas por sua conta e risco; e (b) recebimento direto na conta de um retorno financeiro definido em função da

recuperação de custos, preços, volumes e investimentos, invalidando, portanto, um contrato de prestação de serviços.

Até dezembro de 2006, a Petrobrás continuou responsável pelas operações dos blocos de San Alberto (cuja produção bateu o recorde absoluto de produção no dia 5 de dezembro de 2006, ao alcançar 12,5 milhões de m³/dia de gás natural e 10,2 mil barris/dia de petróleo), San Antonio, Rio Hondo, Ingre e Irenda, além de pela totalidade de seus atuais ativos durante a vigência do contrato, que durará 30 anos, a partir da validação do Congresso boliviano.

Para a solução de eventuais conflitos de interesses entre as empresas, o Tratado de Proteção de Investimentos Estrangeiros delega a arbitragem ao Poder Judiciário da Bolívia, conforme as regras e os procedimentos impostos pela Câmara de Comércio Internacional (CCI).

No Quadro 1, apresentam-se os contratos firmados entre o Governo boliviano e a Petrobrás.

A Petrobrás, com esse novo acordo, perdeu a propriedade sobre os hidrocarbonetos produzidos em seus campos, mas, em contrapartida, garantiu as operações de produção de gás natural ao Brasil — já que esses campos bolivianos correspondem à grande parte do volume utilizado em território brasileiro —, além de manter sua posição estratégica na Bolívia como a maior empresa da América Latina operando no País (Rangel, 2006).

Apesar da perda na participação efetiva nos lucros, a empresa brasileira mantém uma rentabilidade superior a 15%, garantindo o financiamento de suas operações, além de obter um certo lucro, superior ao custo de capital.

A partir do acordo, a Petrobrás passou a entregar à YPFB toda a cadeia de transporte e comercialização do gás natural a partir do ponto de fiscalização, sendo parte da receita adquirida com a venda do produto depositada diretamente na conta da Petrobrás pelo próprio comprador, não sendo repassada pela YPFB. Com isso, evita-se o contrato de prestadora de serviços.

Quadro 1

Contratos novo e antigo da Bolívia com a Petrobrás

CONTRATO DE RISCO COMPARTILHADO	CONTRATO DE OPERAÇÃO (NOVO)
Operador Petrobrás.	Operador Petrobrás.
Comercialização Através da YPFB na exportação de gás para Brasil e Argentina. Direta em outros casos.	Comercialização Através da YPFB.
Remuneração Recebimento de todas as receitas pela Petrobrás, cobrindo todas as despesas e tributações.	Remuneração Recebimento, pela Petrobrás, da parcela correspondente aos custos, depreciações e lucro. Recebimento, pela YPFB, da parcela correspondente à sua participação em transporte, impostos e comercialização.
Propriedade dos hidrocarbonetos Petrobrás.	Propriedade dos hidrocarbonetos YPFB.
Propriedade dos ativos Petrobrás e, após o contrato, YPFB.	Propriedade dos ativos Existentes: Petrobrás e, após o contrato, YPFB. Futuros: YPFB após a depreciação.
Permitida a contabilização de reservas.	Permitida a contabilização de reservas.
Pagamento Totalidade dos recursos à Petrobrás.	Pagamento Parcela dos recursos à Petrobrás.
Fiscalização Autoridades com poder de aprovar projetos de desenvolvimento, contratos de exportação e volumes, prevalecendo o controle de preços pelo mercado interno.	Fiscalização Ampliação do nível de controle com a YPFB, tendo o poder de aprovação de planos de trabalho, custos recuperáveis e processos licitatórios.

FONTE DOS DADOS BRUTOS: AZEVEDO, J. S. G. **Contrato Petrobrás-YPFB**: apresentação. (S. l.): Petrobrás, 2006.

3.4.3 Contrato de venda das refinarias

O Decreto Supremo nº 28.701, de 2006 (Bolívia, 2007), está relacionado às atividades de exploração e produção de gás natural. Entretanto o Governo boliviano estendeu sua atuação para a compra das duas maiores refinarias bolivianas, pertencentes à Petrobrás. Para tanto, ofereceu US\$ 60 milhões por ambas, enquanto a empresa brasileira exigia o montante de US\$ 200 milhões.

A venda foi fechada entre as duas empresas, em maio de 2007, em US\$ 112 milhões, pagos em duas prestações. Entende-se que esse valor de venda é abaixo do de mercado, quando se considera que, em 1999, a Petrobrás pagou por elas US\$ 104 milhões e ainda investiu cerca de US\$ 30 milhões para melhorar a capacidade de refino das mesmas.

Além da Petrobrás, o Governo brasileiro também participou das negociações, com a finalidade de diminuir o visível desgaste nas relações entre os dois países.

3.4.4 Os últimos acontecimentos

Diante da ameaça de crise no abastecimento de gás natural, no País, e preocupado com o desabastecimento dos vizinhos Argentina e Chile, o Brasil manteve sua posição firme quanto à manutenção dos valores acordados de abastecimento do produto às refinarias nacionais (30 milhões de m³/dia). Isso visava impedir que uma fatia importante da produção boliviana de gás fosse desviada para a Argentina principalmente. Isto porque, em outubro de 2007, a usina termelétrica Governador Mário Covas, em Cuiabá-Mato Grosso, sofreu um forte desabastecimento, em decorrência da não-entrega do gás boliviano. Esse fato levou a termelétrica a operar com óleo diesel oriundo da usina de Paulínia-São Paulo.

É importante ressaltar a importância do gás boliviano na matriz de abastecimento dos estados brasileiros, conforme se pode ver na Tabela 1.

Tabela 1
Participação do gás boliviano no consumo de gás dos estados brasileiros — 2007

ESTADOS	PARTICIPAÇÃO %
Rio Grande do Sul	70
São Paulo	75
Paraná	100
Santa Catarina	100
Mato Grosso do Sul	100
Mato Grosso	100

FONTE: GASNET. **Suppliers Gás**. Disponível em: <www.gasnet.com.br/novo_gasoduto/gasoduto/.ASP>. Acesso em: abr. 2008.

Além disso, aumentos trimestrais do preço do gás boliviano, repassados às distribuidoras brasileiras, culminaram com o maior preço do produto desde 1997. A evolução do preço praticado pela Bolívia, mesmo ainda abaixo do mercado internacional, como se pode ver na Tabela 2, tem gerado conseqüências na distribuição do produto em território brasileiro. Em abril de 2006, o valor era de US\$ 5,67 milhões de BTU e, em outubro de 2007, de US\$ 6,31 milhões de BTU, correspondendo a um aumento de, aproximadamente, 11,3% em relação ao seu preço.

Tabela 2
Comparação entre os preços de distribuição de gás da Bolívia — out./07

PREÇOS DE REFERÊNCIA DO GÁS	PREÇO DO GÁS (US\$)	PREÇO FINAL APÓS TRANSPORTE (US\$)
Nymex	8 075	-
Henry Hub	7 875	-
Bolívia-Argentina	6,00	7,80
Bolívia-Brasil	4,51	6,31

FONTE: LOS TIEMPOS. Notícias: dados estatísticos. Disponível em: <<http://www.lostiempos.com/noticias>>. Acesso em: 26 dez. 2007.

O Brasil, no entanto, por contrato, corresponde a uma importante fatia nas exportações de gás boliviano, respondendo por 69% em outubro de 2007. A Argentina, que hoje importa 7,7 milhões de m³/dia, paga um preço mais elevado. Porém, com o novo acordo assinado pelos Presidentes da Argentina, Cristina de Fernández Kichner, e da Bolívia, Evo Morales, prevê-se um aumento na capacidade de abastecimento, o que pode garantir um certo abatimento no preço praticado entre os dois países.

3.4.5 A situação atual

A Bolívia hoje, apesar do aumento de sua produção, sofre com a fuga de investimentos oriunda da falta de transparência em sua legislação, no setor de petróleo e gás.

A estatal brasileira, no ano fiscal de 2006, lucrou R\$ 26 bilhões. Porém, na área internacional, a empresa sofreu um revés de R\$ 1 bilhão. Considerando-se que metade disso tenha sido pelo problema na Bolívia e a outra metade pela desvalorização do dólar frente ao real, o prejuízo representaria apenas 2% do resultado final da empresa.

Em 2007, dos US\$ 587 milhões prometidos para investimentos pelas 12 empresas multinacionais no País, apenas 43% foram realizados no desenvolvimento da produção. O restante foi canalizado para os custos de manutenção, impostos e gastos administrativos correspondentes aos ativos.

A Petrobrás investiu US\$ 117,6 milhões nesse ano, representando apenas 19,5% do total prometido.

A redução de 17% no resultado da Petrobrás, em 2007, em relação ao do ano do anterior teve maior importância, pois foi gerada na área internacional. Pode-se dizer que o marco regulatório boliviano e as perdas da Petrobrás mostram a dependência da matriz energética brasileira do gás boliviano.

4 Conclusão

O histórico da exploração de petróleo e gás natural em território boliviano apresenta uma estreita relação com o sistema político do País e suas diversas crises ao longo dos anos. Vale notar-se que, a cada regime adotado, a regulamentação das atividades petrolíferas também é alterada: em 1936, durante o período nacionalista de David Toro, nacionalizou-se a Standard Oil. Com tantos problemas políticos, econômicos e sociais e junto com a onda neoliberal dos anos 90 que varreu a América Latina, a privatização das empresas estatais e seus recursos naturais fez com que a Bolívia entrasse no foco das atividades de exploração de gás natural em todo o mundo. Diante da pressão social e das contínuas crises econômicas e políticas, o regime neoliberal mostrava-se falho, e o povo boliviano, com ampla maioria, elegeu o nacionalista Evo Morales como Presidente de seu país, sendo uma nova legislação implantada: renacionalização dos recursos naturais, assim como das propriedades das empresas que lá atuam.

Com o Decreto Supremo nº 28.701 (Bolívia, 2007), Evo Morales acabou criando um clima de desconfiança entre os Países investidores, entre eles, o Brasil. A Petrobrás, que, em 2005, correspondeu a 18% do PIB boliviano, a 22% da sua arrecadação tributária e a 20% de IED, foi uma das empresas mais prejudicadas com essa medida e, junto com o Governo brasileiro, negociou um acordo para que a carga tributária sobre a exploração do petróleo boliviano diminuísse e fosse vantajosa a continuação das suas atividades no País. Vale notar-se que o contrato assinado pela Petrobrás e a YPF representou os interesses do Governo boliviano quanto às atividades de exploração e produção de gás natural.

A efetivação do acordo com a compra das refinarias de Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba pelo Governo boliviano, por um montante de US\$ 112 milhões, valor bem abaixo do valor de mercado, dado pela Petrobrás, é mostra da força boliviana. Apesar disso, a Petrobrás ainda mantém a responsabilidade pelas operações dos blocos San Alberto, Rio Hondo, Ingre e Irenda, a propriedade dos ativos e o direito de contabilização das reservas pela empresa. Os contratos, ainda sujeitos à aprovação do Congresso Nacional, terão validade de 30 anos.

Em relação ao gás natural, ficou decidido, em fevereiro de 2007, que não haverá alteração de volumes ou na fórmula do preço de compra do gás natural da Bolívia prevista no atual contrato de compra e venda (Gás Supply Agreement (GSA)) entre YPFB e Petrobrás. A companhia aceitou pagar, à YPFB, os preços vigentes no mercado internacional pelas frações de hidrocarbonetos líquidos (etano, butano, propano e gasolina natural) presentes no gás natural efetivamente entregue, que elevam seu poder calorífico para valores acima de 8.900 quilocalorias (kcal) por m³, equivalentes a 1.000 BTUs por pé cúbico. A YPFB assegurará a manutenção do poder calorífico mínimo de 9.200 kcal/m³, e a Petrobrás estudará a melhor forma de aproveitar, no futuro, esses componentes mais nobres do gás.

Evo Morales assumiu o poder prometendo distribuir as riquezas naturais de seu país ao povo, num discurso altamente populista, o que o fez vencer as eleições facilmente. Entretanto, no setor de petróleo, sem grandes investimentos em pesquisa, em exploração e na capacitação técnica da mão-de-obra, torna-se praticamente inviável a manutenção, nos níveis atuais, da produção de gás natural.

O Governo brasileiro, por sua vez, acatou as exigências bolivianas, em detrimento dos interesses de seu próprio povo, e permitiu que se mudassem as bases do acordo assinado anteriormente, elevando para cerca de 80% a participação do Governo boliviano nas receitas

geradas pela exploração de petróleo e gás natural, no País. O decreto que deveria ter sido discutido intensivamente entre as partes interessadas e não simplesmente institucionalizado fez com que o interesse internacional em investir na Bolívia sofresse um revés considerável no segundo semestre de 2006, diante da insegurança do mercado local, apesar de a produção interna de *commodity* ter-se mantido constante em 2005 e 2006 e com tendência a aumento em 2007.

Mesmo sabendo da continuidade da crise, este trabalho teve seu desfecho em fevereiro de 2008, analisando o que estava finalizado até aquela data. É importante salientar que alguns dados de anos anteriores, por exemplo, de 2005 e 2006, são fontes atuais de informação, pois se referem ao último anuário da Petrobrás.

Referências

- AGENCIA INDEPENDIENTE DE PRENSA. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.econoticiasbolivia.com/>>. Acesso em: jul. 2007.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2006. La Paz: Yacimientos Petroleros Fiscales Bolivianos. Disponível em: <www.ypfb.gov.bo>. Acesso em: jan. 2008.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO e INFORMATIVO. Brasília: Ministério de Minas e Energia, [s. d.]. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2007.
- ANUÁRIO INFORMATIVO. La Paz: Superintendencia de Hidrocarburos. Disponível em: <www.superhid.gov.bo>. Acesso em: set. 2007.
- AZEVEDO, J. S. G. **Contrato Petrobrás-YPFB**: apresentação. (S. l.): Petrobrás, 2006.
- AZEVEDO, J. S. G. **Gasotudo Brasil-Bolívia e Integração Latino-Americana**: apresentação. [S. l.]: Petrobrás, 2006a.
- BARNEDA, D. Más dudas que certezas. **Oil & Gas Journal Latinoamericana**. Brasil, PennWell, p. 9-13, Oct 2006.
- BN AMÉRICAS. **Notícias**. Disponível em: <www.bnamericas.com>. Acesso em: jun. 2007.
- BOLÍVIA. Ministério de Hidrocarburos. **Decreto Supremo n. 28.701**. Disponível em: <www.hidrocarburos.gov.bo/Ministerio/Decretos/>. Acesso em: abr. 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relações Brasil-Bolívia**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/biboliv.htm>>. Acesso em: mar. 2008.

CÁMARA BOLIVIA DE HIDROCARBUROS. **Notícias e estatísticas**. Disponível em: <www.cbh.org.bo>. Acesso em: maio 2007.

CAMBRIDGE ENERGY RESEARCH ASSOCIATES. **Relatórios e dados estatísticos**. Disponível em: <www.cera.com>. Acesso em: fev. 2008.

GASNET. **Suppliers Gas**. Disponível em: <www.gasnet.com.br/novo_gasoduto/gasbol.ASP>. Acesso em: abr. 2008.

KOHL, B. Estabilización del neoliberalismo en Bolivia: la participación popular y la capitalización. **Catálogo de Prensa Boliviana**, Sept 2003.

LOSTIEMPOS. **Notícias**: dados estatísticos. Disponível em: <<http://www.lostiempos.com/noticias>>. Acesso em: dez. 2007.

PETROBRÁS BOLIVIA. **Anuários Estatísticos e Notícias**. Disponível em: <www.petrobras.com.br>. Acesso em: out. 2007.

PETROBRÁS. **Notícias**. Disponível em: <www.noticiaspetrobras.com.br>. Acesso em: nov. 2007.

RANGEL, J. Brasil mudará matriz energética. **Oil & Gas Journal Latinoamericana**, Brasil, PennWell, p. 26-27, dez. 2006.

WATKINGS, E. La estabilidad política de Bolivia en el foco de las miradas desde Argentina. **Oil & Gas Journal Latinoamericana**, Rio de Janeiro, PennWell, p. 39. dez. 2006.

WERTHEIM, P. H. Nem é o mesmo, nem é igual. **Oil & Gas Journal Latinoamericana**, Rio de Janeiro, PennWell, p. 12-15, nov. 2006.

WORLD NEWS MEDIA MONITORING. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.einnews.com/>>. Acesso em: dez. 2007.